

Além da Palavra
por Jorge Arbach



Jorge

Quem lucra com a guerra às drogas?

Telmo M. Ronzani*

Crece a discussão sobre o uso de drogas, estimulado, em especial, pela suposta “epidemia do crack”. Junto a isso, segmentos específicos da sociedade discutem sobre a descriminalização ou legalização da maconha, gerando grande polêmica e posicionamentos bastante acalorados. Como especialistas na área, nosso grupo de pesquisa vem discutindo essas questões. Mas foi fora dos limites da universidade que me deparei com uma pichação nos muros da cidade com a seguinte pergunta: “Quem lucra com a guerra às drogas?”. Desde então despertou-me a curiosidade sobre tal questionamento.

Para tentar começar a responder a questão, vale a pena voltarmos na história. Existe uma tese de que, desde épocas pré-históricas, o homem descobriu por ensaio e erro algumas plantas que tinham a capacidade de curar doenças, dores, males e também tinham a capacidade de alterar a consciência. Tais plantas passaram a ter uma função importante para melhorar a sobrevivência do homem no mundo, cura de alguns males corporais, produção de sensação de alívio e prazer, e fazendo parte de rituais religiosos. Estudiosos já descobriram documentos antigos que se reportam às tais “substâncias mágicas”, com capacidade de cura do corpo e da “alma”.

Mas quando as drogas que sempre fizeram parte da história humana passam a ser um problema? Alguns autores discutem que junto com a formação das sociedades capitalistas, em especial a partir da Revolução Industrial, começamos também a ter uma maior produção, comercialização e consumo das mais variadas drogas, com diferentes funções, inclusive o uso recreativo. Nesse contexto, a ideia de lucro passa a estar presente na produção de drogas e começa a ter uma comercialização em grande escala. A produção de drogas passa a ser um grande negócio. Como uma das áreas comerciais mais lucrativas do mundo, temos a produção legal de drogas, especificamente a indústria farmacêutica (com faturamento, somente no Brasil, de R\$ 57 bilhões em 2013) e as empresas de tabaco e álcool, que movimentam grande montante de dinheiro em todo mundo e com grande influência e poder político e econômico nos países. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o tráfico de drogas tem um lucro de U\$ 320 bilhões ao ano, configurando-se como prática ilegal mais lucrativa do mundo. Além disso, sabe-se que, junto ao lucro com a venda de drogas, existem outros negócios ilícitos como o comércio ilegal de armas. Esses poucos dados são para então chegarmos à conclusão de que existe um lucro considerável que ronda a questão das drogas.

Chamo aqui também atenção à questão das drogas lícitas e ilícitas. No senso comum, existe uma interpretação do lícito versus ilícito como bom ou ruim, pesado ou leve. Numa observação mais imediatista, conclui-se que a produção ou consumo de drogas torna-se lícita ou ilícita pelos danos que elas podem causar no nosso organismo. Porém, se analisarmos mais cuidadosamente, veremos que, para além dos danos psicofarmacológicos, existem fatores sociais, culturais e principalmente econômicos que determinam a ilegalidade ou não da venda ou consumo de drogas. Se considerarmos os danos para definir o que seria lícito ou ilícito, álcool e tabaco seriam drogas proibidas. Essas drogas estão associadas aos maiores danos e são as mais usadas no mundo. Um pensamento imediato então seria: por que não tornar essas drogas ilegais? Já tivemos essa experiência nos Estados Unidos na década de 20, por meio da Lei Seca, que apresentou resultados desastrosos como o aumento vertiginoso da violência, do tráfico de álcool e do aumento do crime organizado. Outro exemplo da influência econômica em relação às drogas foi a Guerra do Ópio. Essa droga era usada como troca comercial entre Inglaterra e China no século XIX e, por conflitos comerciais, o produto foi proibido, o que gerou a referida guerra.

“Se considerarmos os danos para definir o que seria lícito ou ilícito, álcool e tabaco seriam drogas proibidas.”

Frente à organização global pós-guerra, os países definiram estratégias de controle internacional do tráfico e consumo de drogas ilegais. Havia a ideia de que a criminalização da produção, do comércio e do consumo levaria a um controle sobre os impactos do tráfico ou do consumo de drogas. Além disso, influenciado por aspectos geopolíticos, os Estados Unidos (EUA) lançam na década de 70, a estratégia de Guerra às Drogas, cujo objetivo declarado era o extermínio da produção de drogas, em especial a cocaína e a maconha em países da América Latina. A ideia era que, com o extermínio da cadeia produtiva, chegaria-se ao fim do uso de drogas. Tal estratégia influenciou todo mundo com um recrudescimento das políticas dos países, não somente em relação ao comércio, mas também em relação aos usuários, que passaram a sofrer penas bastante severas. Isso funcionou ao longo de 30 anos? Apresento alguns dados dos EUA: US\$ 51 bilhões gastos por ano com a guerra; 1,55 milhão de pessoas presas por porte de drogas em 2012 (88% por porte de maconha), maioria negros e hispânicos (61%); maior população carcerária e maior consumidor de drogas ilícitas do mundo. No México, 70 mil pessoas já morreram por conta dessa guerra.

Observa-se em vários países um aumento vertiginoso da violência, fortalecimento do crime organizado e desassistência aos usuários por vinculá-los ao crime, aumentando o estigma.

“Com a guerra às drogas, existe uma rede que lucra com isso. Com certeza, alguém paga essa conta.”

Frente ao fracasso de tal estratégia, vários países e organismos internacionais têm revisto as ações, propondo a descriminalização ou a legalização. O Brasil ainda resiste a tal perspectiva, apesar de termos as mesmas consequências danosas da guerra às drogas. Por exemplo, sabemos que ainda existe um viés de encarceramento de pessoas por porte de drogas vinculadas à questão de classe social e cor da pele. Dentre as várias razões para as dificuldades de avançarmos na questão está justamente o fato de que existe uma ampla rede que lucra com ações proibicionistas e criminalizantes. Dentre outras, estão o tráfico e suas influências em vários segmentos da sociedade, a indústria do tratamento que cria mecanismos legais de perpetuação de financiamento, políticos e governos que usam a temática como tema eleitoral e definição de alianças, dentre outros. Tais interesses criam barreiras para o desenvolvimento de políticas de fato inclusivas e que tiram da esfera criminal o uso de drogas e leva-o para a esfera da saúde pública, cuidado e direitos humanos.

É importante ressaltar que descriminalizar ou legalizar são completamente diferentes de liberar o uso de drogas. Exemplifico com um país que tem proposto uma ação de prevenção e tratamento amplos e de qualidade, que propõe uma ação de restrição severa ao uso de drogas (incluindo aí o álcool e o tabaco) e está diminuindo o poder do tráfico e o contato entre usuário de traficante. Qual o nome desse país? Uruguai! É um equívoco dizer que a intenção é se desresponsabilizar sobre a temática.

Enfim, com a guerra às drogas, existe uma rede que lucra com isso. Com certeza, alguém paga essa conta. Quem paga são os usuários de drogas e famílias que ficam desassistidas e muitas vezes entram no sistema judiciário e não de saúde, a sociedade em geral que sofre com a violência e um grande esquema de corrupção que enfraquece os investimentos públicos. Precisamos pensar bem sobre essa questão para definirmos claramente qual o caminho queremos seguir. O primeiro é quebrar o preconceito e a desinformação sobre o tema.

* Coordenador do Centro de Pesquisa, Intervenção e Avaliação em Álcool e Outras Drogas (Crepeia); professor do Departamento de Psicologia da UFJF; www.ufjf.br/crepeia